

Adriano Toledo Paiva

## Um livro aberto da conquista

Ao contabilizar as contribuições voluntárias para investidas militares nos sertões, documento pertencente à Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro oferece importantes subsídios para análise dos conflitos entre colonos e os agrupamentos indígenas ao influxo das expedições de conquista na Capitania de Minas Gerais.

**Resumo** | No contexto da violenta política de conquista dos territórios indígenas em Minas, no século XVIII, destacam-se os aportes de recursos por particulares às expedições realizadas nos rios Doce e Piracicaba (1765-1767), cujos registros estão dispostos no livro *Contribuições voluntárias dos povos da Capitania para a redução e catequese dos índios que a infestam e respectivas despesas*. (APM. CC.1156).

**Abstract** | *In the context of the violent conquest policies for the territories of the indigenous peoples in Minas in the XVIII century, what stands out is the private support given to expeditions on the rivers Doce and Piracicaba (1765-1767) recorded in the book Voluntary contributions of the people of the Captaincy for the subjugation and catechism of the indians that infest it and respective costs.* (APM. CC.1156).

**Eu pego num livro velho com reverência; sinto nele a substância inerente a toda a criação do espírito: o desejo de alongar as fronteiras da existência pela reflexão ou pelo sonho acordado.**

Carlos Drummond de Andrade

> A reverência ou irreverência com que o pesquisador escolhe seus documentos e livros em um amon-toado de informações dispostas nos arquivos e bibliotecas revelam o seu compromisso com esse importante instrumento operacional do fazer historiográfico. Os documentos são os elementos fundamentais da produção do conhecimento histórico, portanto, devem ser apreendidos como resultantes de um determinado tempo e de um esforço humano na descrição de uma realidade. As fontes traduzem de maneira fragmentária ou indiciária vestígios de experiências vividas, objetos, sensações e impressões.<sup>1</sup> Os livros marcados pela página do tempo serão incorporados a um determinado enredo de questões de estudo, convidando o historiador a desvendar os caminhos de sua confecção, a história de sua trajetória e percursos.

O livro que analisamos aqui é um documento do século XVIII, pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro e catalogado com a notação APM CC-1156. O documento

leva o título *Rios Doce e Piracicaba: Contribuições voluntárias dos povos da Capitania para a redução e catequese dos índios que a infestam e respectivas despesas*.<sup>2</sup> O manuscrito foi grafado com tinta ferrogálica sobre papel de trapo, com medidas de 33cm x 22cm x 1cm, sendo composto por 38 páginas rubricadas e escritas por José Dias Rosa Maciel. A capa possui revestimento não original, apresentando danos provocados pela acidez do papel que encobre o exemplar. As folhas de trapo, originalmente costuradas com linha de algodão, ganharam novos alinhavos de reforço e foram reunidas em livro. Este apresenta resíduos de cola e uma capa com papel rústico de maior gramatura, assemelhando-se ao papelão, revestido com tecido de algodão em coloração azul.

Ao que tudo indica, o livro foi reaproveitado por José Dias Rosa Maciel, pois suas folhas apresentam uma numeração sequencial anterior, que foi alterada e rasurada, tendo suas páginas invertidas, novamente ordenadas e cosidas. O escrivão relata essa situação no verso da última folha do códice. Consta a seguinte inscrição no termo de encerramento do manuscrito:

Tem este livro trinta e oito folhas, todas numeradas e rubricadas na forma já declarada no mesmo, sem que façam dúvidas as aspas que aparecem

nas extremidades das ditas folhas, por ter havido erro no algarismo que nelas se formou. José Dias Rosa Maciel.

Na página de abertura do códice, observa-se uma inscrição, que cogitamos referir-se a uma possível observação dos procedimentos de gestão documental nos Oitocentos, feita presumivelmente no período de organização e transferência do APM para a nova capital, Belo Horizonte. O teor da inscrição é o seguinte: “(156) Seção I. 1765-1767. Providencias tomadas para a catechese de Índios no Rio Doce e Piracicaba”.

José Dias Rosa Maciel especificou que o livro seria empregado para o lançamento das quantias em ouro das contribuições voluntárias que os povos da capitania concorriam com a persuasão do governador e capitão general na “redução dos índios silvestres”. O manuscrito, ao longo de três anos, esteve sobre a mesa dos secretários de governo para registro de expedições realizadas nas fronteiras das comarcas de Vila Rica e Rio das Velhas, portanto, uma região com diferentes problemas de atribuições jurisdicionais. O dossiê refere-se à documentação fiscal produzida pela capitania, podendo ser caracterizado como um registro de contas e despesas. O *corpus* documental registra as concessões pecuniárias para as expedições, contém arrolamentos nominativos dos contribuintes por distritos e freguesias, cartas trocadas pelos capitães de ordenanças com a Secretaria de Governo, assim como os recibos dos gastos operacionalizados com as práticas bélicas de conquista. Dessa forma, não podemos classificar o material analisado unicamente como componente e resultante do repertório de atuação da administração fiscal da Capitania das Minas. Trata-se de uma acumulação de diferentes tipologias e registros documentais. Destacamos algumas das fontes contidas e compulsadas no códice: traslados de cartas régias de concessão de liberdade aos índios para toda a América Portuguesa; expulsão e prisão dos jesuítas; cópias de recibos; notas e observações do escrivão; representações enviadas ao governador pelos

moradores dos distritos atacados pelos indígenas e pelos seus respectivos capitães; prestações de gastos e serviços de cada comandante das bandeiras; informações sobre as investidas militares de conquista.

### Política indigenista

Esse suporte documental possibilita análises de aspectos da política e da administração indigenista na capitania. Por seu intermédio, verificamos os desenhos, redesenhos e as estratégias de ação para o descimento, a redução e conquista territorial da população nativa. As informações sobre os doadores de ouro para o aparelhamento das expedições e investidas contra os indígenas e as práticas diretivas dos diferentes chefes militares revelam um importante instrumento do Estado no gerenciamento da população e de seu território. Verificamos ainda que a documentação em questão fornece ao pesquisador subsídios indispensáveis para a compreensão do novo ordenamento e caracterização das fronteiras da capitania.

A organização das expedições militares aos domínios indígenas proporcionou o alargamento e o estabelecimento dos limites espaciais do território das Minas, por meio da incorporação de novas áreas para atividades mineradoras e agropastoris. As fontes analisadas permitem vislumbrar diferentes aspectos da implantação, funcionamento e estruturação da administração portuguesa no nível mais local e “periférico”, uma vez que nos fornecem elementos acerca das dinâmicas do poder nos diferentes distritos e freguesias. Os processos de incorporação de novos espaços, por meio da constituição de aldeamentos, configuraram novas territorialidades e conformações espaciais para os índios pela administração colonial. Os enquadramentos de um determinado território nos projetos políticos da capitania podem ser entrevistados pelo estabelecimento de entrepostos militares, por vezes designados por presídios, curatos e freguesias nos sertões, temas ainda pouco explorados pela historiografia.

Esta investigação crítica nos induz a problematizar a confecção do documento em questão, ponderar os objetivos de sua produção, designar seu emprego no contexto original e verificar como podemos apreender elementos para o discurso historiográfico. O historiador necessita avaliar a natureza, as possibilidades e os limites da fonte da qual obtém elementos primordiais para as suas pesquisas. Nesse sentido, devemos nos indagar: a que ou a quem se destina o documento produzido? Quais os objetivos de sua produção? Quais os seus significados nos enredos dos personagens que o elaboraram, dos que o utilizaram e dos que experimentaram suas consequências? Inegavelmente, o fascínio ao apreciar um “livro velho”, a que referiu Drummond, citado na epígrafe deste texto, vincula-se ao curioso exercício de refletir sobre as sendas que ele percorreu: os aspectos da constituição das folhas reunidas, o cotejo entre sua elaboração e suporte físico com os procedimentos de sua feitura, além dos critérios de sua gestão e os pressupostos administrativos da instituição de memória que detém a sua guarda.

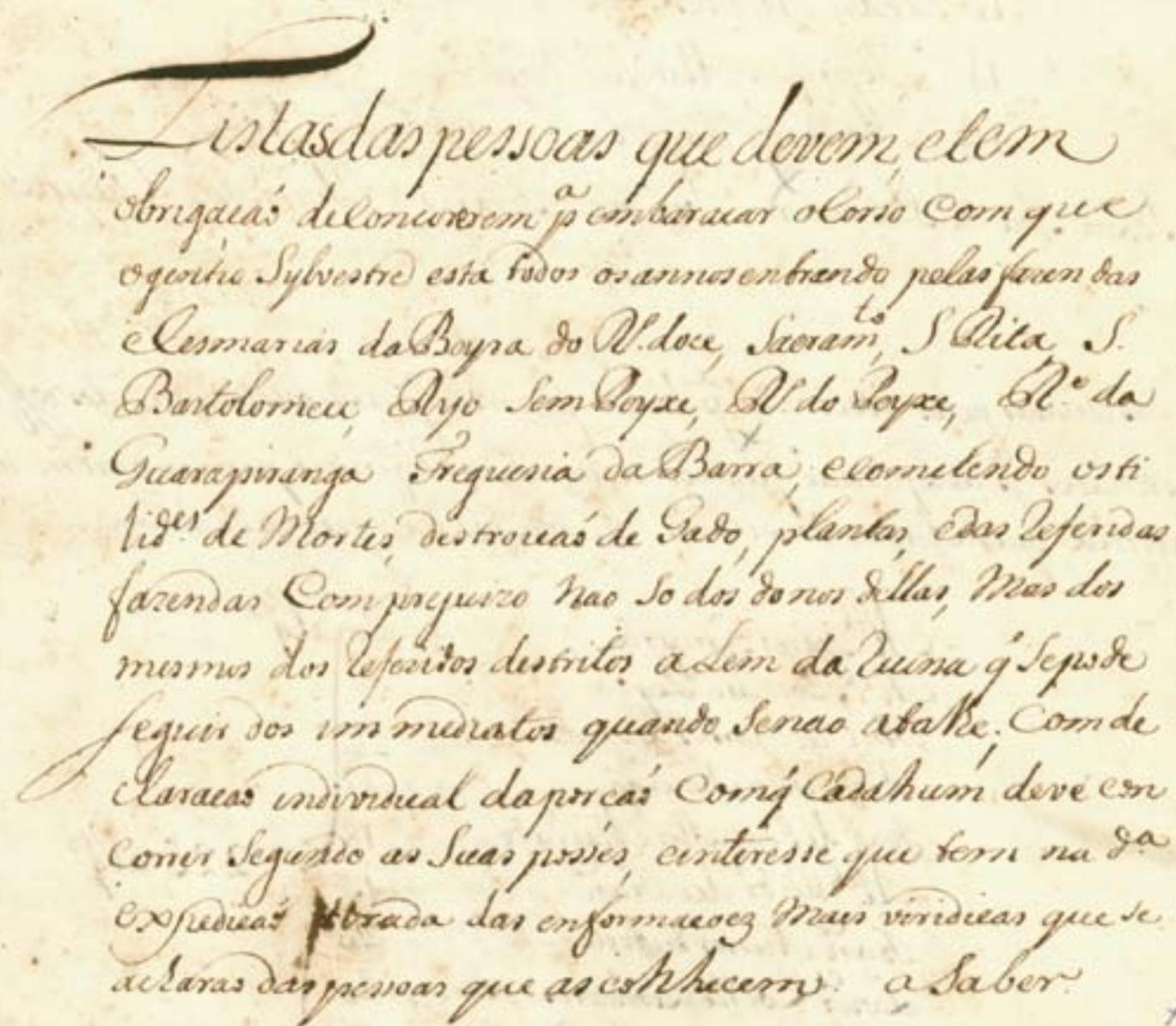
Os encantamentos mencionados pelo poeta são muito recorrentes quando deslindamos as redes que conformaram a produção documental, compreendendo o conteúdo a ele atinente e a decodificação de suas diferentes linguagens. O estabelecimento do diálogo do livro com diferentes fontes permite averiguar os significados do documento na trama das esferas político-administrativas que o produziram e seu impacto no cotidiano dos indivíduos citados em sua disposição textual. Todavia, os desafios da consulta de uma estante antiga do APM para a elaboração deste artigo referem-se a uma articulação entre as disposições inerentes ao documento e os elementos exógenos de sua elaboração.

### Histórias de conquistas

Os procedimentos de povoamento dos sertões de Abre Campo datam do alvorecer das Minas, sendo a confirmação da freguesia Santa Ana e Senhora do Rosário da Casa

da Casca expedida em 1741. Contudo, a paróquia foi por cinco vezes atacada e arrasada com incêndios provocados pelos índios genericamente designados por “botocudos”, sendo despovoada e rebaixada à condição de capela filial da freguesia de Barra Longa. Passados dez anos do desfecho dos conflitos, os colonizadores reuniram forças para reconquistar a povoação, mas foram novamente rechaçados pelos índios.<sup>3</sup> Em visita à freguesia de Senhora da Conceição de Guarapiranga (1750), Dom Frei Manoel da Cruz, bispo de Mariana, verificou as dificuldades para se estabelecer naquelas paragens unidades domésticas e produtivas. O prelado observou que inúmeros gentios, habitantes da região circunvizinha à freguesia, provocavam “distúrbios, mortes e roubos” nas fazendas dos fregueses. Dezesseis colonos abandonaram suas propriedades, “intimidados pelas mortes que têm visto a fazer o mesmo gentio aos seus vizinhos”. A freguesia contabilizava 18 mortos, além de inúmeras casas e paióis queimados pelos índios. Em virtude do temor dos “gravíssimos danos” provocados por esses confrontos, os fregueses “andavam com armas nas mãos nas lavouras”, mas “escondidamente os índios despediam suas flechas”. O bispo argumentou sobre a necessidade de “um remédio para que se não despovoassem aquelas terras e freguesia”, pois os seus moradores, por sua pobreza, não possuíam forças para combater o gentio sem que a Coroa os socorresse, concedendo ordens para entrar em “guerra justa”. Em seu entender, as expedições de conquista seriam importantes instrumentos para angariar cativos. Dom Frei Manoel da Cruz assinalou na missiva os principais norteamentos para a administração dos índios apreendidos nos confrontos armados: “sem que possam ser vendidos, por ser gente sem Lei e sem Rei, e recebam o benefício da nossa Santa Fé”.<sup>4</sup>

Em virtude desses ataques indígenas e de quilombolas na Freguesia de Guarapiranga, retomaram-se os projetos de construção de uma “aldeia de índios domésticos” em cada comarca das Minas Gerais, inicialmente traçados em 1714.<sup>5</sup> Os moradores da capitania solicitaram providências da Coroa:



Lista das pessoas que devem e têm obrigação de contribuir voluntariamente para a redução e catequese dos índios que infestam e respectivamente despesas. José Dias Rosa Maciel, Vila Rica, 1767. Arquivo Público Mineiro – Casa dos Contos – CC-1156.

Trecho do documento *Rios Doce e Piracicaba: contribuições voluntárias dos povos da Capitania para a redução e catequese dos índios que infestam e respectivamente despesas*. José Dias Rosa Maciel, Vila Rica, 1767. Arquivo Público Mineiro – Casa dos Contos – CC-1156.

Os descobridores de ouro, metidos em desertos, [estão] expostos ao perigo de prejuízos e fomes, [...] ao intenso frio e calores, a passagem de rios caudalosos e suas fragosas, aos assaltos de gentios, tanto negros fugidos, como tapuias dos matos, ferozes e insolentes.<sup>6</sup>

Todavia, os administradores coloniais desejavam defender e delimitar as fronteiras da capitania e para encampar e consolidar esse projeto político era necessário resolver os transtornos provocados pelos ataques dos diferentes grupos indígenas. Com esse intento, elaboraram-se arrolamentos de “pessoas que devem e têm obrigação de

concorrerem” para embarçar o “corso” que o “gentio silvestre” efetuava nas fazendas e sesmarias da barra dos rios Doce, Sacramento, Santa Rita, São Bartolomeu, Sem Peixe, Do Peixe e Guarapiranga, “cometendo hostilidades de mortes, destruição de gado e plantas das referidas fazendas”.<sup>7</sup> Os intensos embates entre os indígenas e os sesmeiros passaram a ser constantes e o governo da capitania temia a ruína dos distritos e freguesias, que somente poderiam ser restauradas pela realização de expedições de conquista.

No “livro das contribuições” constam transcritas cartas régias que foram copiadas dos papéis recebidos pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva na administração de “Pernambuco e terras anexas”. As missivas foram depositadas na Capitania de Pernambuco no ano de 1759, sendo trasladadas nos livros de registro do governo em 1761.<sup>8</sup> Em Minas Gerais, essas cartas figuraram nos cabeçalhos do manuscrito que arrecadavam recursos para as expedições de conquista dos sertões. Os egrégios editos da Secretaria de Governo referiam-se às cartas de 6 e 7 de junho de 1755, que asseguraram a liberdade para os indígenas, as cartas de expulsão e prisão dos jesuítas, transferindo as suas possessões e administrados ao governo secular.<sup>9</sup> A transcrição dessa documentação fundamentava a decisão e prática diretiva do governador Lobo da Silva, legitimando a política de arrecadação de subsídios para o cumprimento da conquista dos sertões de Minas Gerais.

Em brilhante estudo, Maria Leônia Chaves de Resende<sup>10</sup> caracterizou a aplicação da política indigenista nas Minas Gerais como um conjunto de investidas militares contra o gentio para configuração de aldeamentos. Os índios se inseriram na vida de aldeados sob forte coação e violência, podendo ser exterminados se não submetessem às diretrizes impostas pelos colonizadores.<sup>11</sup> O governador Lobo da Silva determinou que os roceiros, rancheiros e tropas de bandeiras ficassem responsáveis pela prisão dos “vadios” e seu envio às cadeias públicas das co-

marcas. Portanto, sua estratégia de ação consistia no confinamento de “vadios e facinoras” nas povoações com mais de 50 fogos, assistidas e reguladas pela autoridade dos juizes camarários para maior controle dos indivíduos dessa condição social.<sup>12</sup>

Lobo da Silva recebeu em Vila Rica “índios silvestres [...] Coropós, Guarulhos e Croás, que habitavam com mais de 150 nações nos dilatados distritos deste governo”, na “Serra da Mantiqueira até o Rio Doce e Serra do Mar” (1764), e ressaltou a necessidade de conquistar a região erigindo uma “povoação civil” naqueles sertões. Dessa forma, configurou-se a criação da Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos índios Coropós e Coroados” (1767)<sup>13</sup> e o Curato de Nossa Senhora da Conceição dos índios Botocudos (1768), descobertos do Cuieté, para se constituírem em aldeamentos indígenas.

Hal Langfur avalia como Lobo da Silva interpretou o corolário das leis de liberdade e a aplicação do *Diretório dos índios* para a realidade mineira, pois, em virtude da inexistência de “aldeias coloniais”, tornava-se necessário estabelecê-las. Desse modo, o governador seria permissivo com a escravização e massacre dos índios dos sertões.<sup>14</sup> Na construção dos primeiros estabelecimentos para catequese e conquista indígenas, o governo da capitania recolheu “contribuições voluntárias” dos seus habitantes. O escrivão Rosa Maciel estabelece no texto do documento a obrigatoriedade das colaborações. Nos Setecentos, a palavra “contribuição” referia-se à concessão de dinheiro, “a parte, que um há de pagar voluntária, ou forçosamente”; ou “Obrigá toda uma terra a uma contribuição”.<sup>15</sup> As expressões empregadas na elaboração discursiva do documento chancelam o significado e o emprego setecentista do termo “contribuição”; ou seja, sinalizam a obrigatoriedade de se concorrer com subsídios para as expedições, bem como a possibilidade de multas e penhoras no seu descumprimento. Cada contribuinte colaboraria com ouro,

consoante as suas “posses” e os “interesses” que tinham no estabelecimento da conquista, povoando o sítio do Cuieté<sup>16</sup>; aumentando os “interesses régios e particulares pela Capitania e seu comércio”.<sup>17</sup>

### Os contribuintes e suas doações

As listagens dos contribuintes contam aproximadamente 297 nomes, estabelecidos na cidade de Mariana e em seu termo, nas freguesias da Barra Longa, Furquim, São Caetano, Sumidouro, São Sebastião, Antônio Pereira, Camargos, Inficcionado e São Miguel do Rio Piracicaba, bem como nos distritos da Igreja paroquial, de São José da Alagoa, Antônio Dias. Os arrolamentos afixaram e estabeleceram doações de gêneros como porcos e farinha para subsistência dos expedicionários, mas seus autores ansiavam por arrecadar preferencialmente subsídios pecuniários.

Os moradores da freguesia de São Miguel de Antônio Dias Abaixo seriam taxados e entregariam aos seus respectivos comandantes de distritos subsídios para compra de farinha, feijão, toucinho, pólvora e demais gêneros necessários à subsistência de 50 homens.<sup>18</sup> Elaborou-se a mesma listagem em São José da Alagoa. O capitão Jerônimo Magalhães Gomes concedeu voluntariamente 32 oitavas, além de concorrer com o trabalho no gerenciamento das diligências nos sertões. No distrito recolheram-se aproximadamente 202 oitavas em ouro de 26 contribuintes. O alferes José de Miranda Ribeiro doou 40 oitavas de ouro; Manoel Magalhães da Costa, a quantia de 15 oitavas; o alferes João Teixeira e seu sócio, 24; Francisco Xavier de Moraes e o alferes João Ferreira Ribeiro cederam 12 oitavas cada um.<sup>19</sup>

O capitão Francisco Moutinho, do distrito de Antônio Dias, cobrou de 22 vizinhos a importância de 132 oitavas. Moutinho cedeu 32 oitavas para a expedição; Francisco Vieira Guedes doou 12; o alferes

Antônio da Rocha e Felipe de Almeida, oito oitavas cada um; a viúva do defunto Vasconcelos, sete oitavas.<sup>20</sup> No arraial da Freguesia de São Miguel, a arrecadação abarcou 19 habitantes, perfazendo 83 oitavas.<sup>21</sup> De maneira aproximada, 13 pessoas fizeram doação de 21 porcos, para emprego de sua carne e toucinho para sustento dos soldados no combate aos gentios. Os oficiais das expedições não poderiam transportar os mantimentos para seu sustento; portanto, contou-se com a doação de 20 negros por 13 contribuintes.<sup>22</sup>

Elaborou-se um rol, constando dele as pessoas que concederiam farinha para a subsistência das tropas, perfazendo 226 alqueires de doação. Cada contribuinte poderia ser multado em 12 vinténs de ouro se não concedesse o gênero solicitado. Todavia, as concessões não atingiram o limite afixado de 300 alqueires de farinha. Faltavam cerca de 74 alqueires, que seriam comprados com o ouro acumulado pelos doadores. A expedição contaria com 30 alqueires de feijão e dez alqueires de arroz no empreendimento de conquista dos sertões, somando 44 oitavas de ouro.<sup>23</sup> Aproximadamente 61 indivíduos dotados de cabedal contribuíram com as 200 oitavas de ouro necessárias para a compra de pólvora, chumbo, aguardente, sal, fumo, linhagem e medicamentos para os três meses de expedição.<sup>24</sup>

### Os espaços do cerco e dos conflitos

Os moradores do distrito de Antônio Dias, Freguesia de São Miguel, encaminharam uma petição ao governador acompanhada de algumas assinaturas relatando os conflitos com os indígenas, designadas na documentação por “hostilidades”. Os signatários solicitaram assistência material e de reforços militares para efetuarem explorações no “sítio do Cuieté”, em virtude de “se lavrarem as muitas terras minerais de pinta rica”. Relataram que desde a instalação do núcleo do Cuieté, por ordem do conde de Bobadela, os “índios silvestres da nação

boticudos” cometiam “mortes, roubos e outros insultos”.<sup>25</sup> Os inúmeros embates e “cursos” cometidos no termo de Mariana representavam a resistência indígena aos avanços coloniais sobre seu território. Dessa maneira, a região limítrofe à Freguesia de Guarapiranga representava o “limite do aceitável para a expansão colonial”. Segundo Renato Pinto Venâncio:

Durante a primeira metade do século XVIII, a freguesia [Guarapiranga] permaneceu como limite da área de mineração; contribuía para isso a existência de uma barreira – bem mais poderosa do que os acidentes geográficos ou as florestas virgens – representada pelos índios bravios da Zona da Mata. Os Camacãs, os Pataxós, os Maxacalis, os Botocudos e os Puri-coroados, durante muitos anos, impediram o avanço das hostes mineradoras, estabelecendo uma fronteira militar sobre a fronteira econômica.<sup>26</sup>

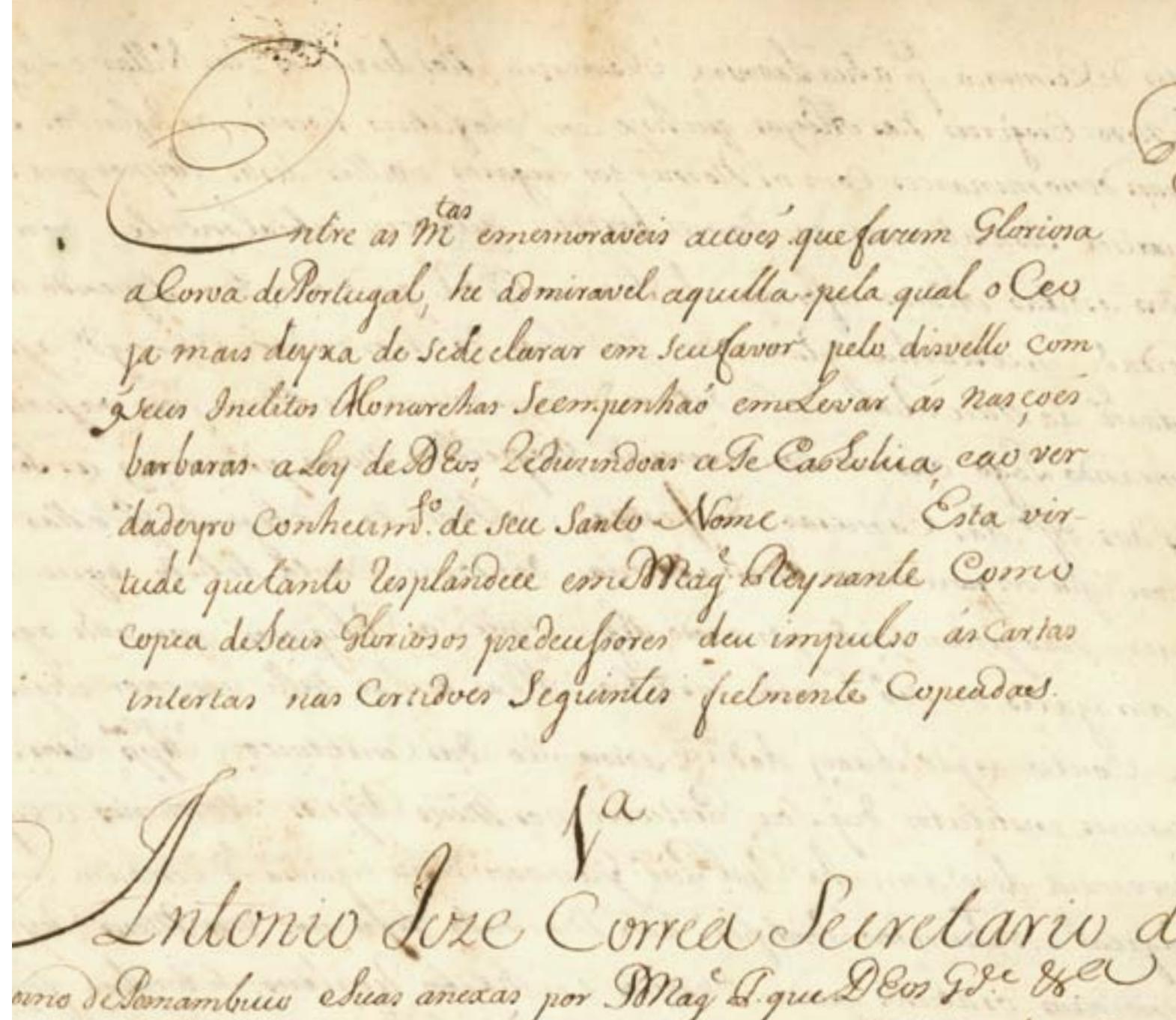
Para Langfur, os sertões constituíam uma barreira natural, floresta impenetrável e uma “região proibida” para colonização durante parte dos Setecentos. O governo metropolitano procurava evitar as extrações de jazidas auríferas e estancar os seus possíveis extravios, empregando a estratégia discursiva da “selvageria” dos nativos. Todavia, a tônica do discurso encetado pelos conquistadores no “livro das contribuições” revelava a “falta de castigo pelo primeiro excesso ou descuido” cometido pelos índios, que não consentiam permanecer em paz e “se reduzirem à justa obediência, cristianismo e civilidade que Sua Majestade Fidelíssima, nas piíssimas ordens determina”.<sup>27</sup>

De ricochete, no discurso dos fregueses acometidos pelos ataques indígenas delineia-se a atuação da política indigenista que se aplicaria aos sertões das Minas. O recorrente emprego da palavra “curso”, para designar as resistências nativas, indicava a concepção de um *modus vivendi* nômade e de pilhagem, que

precisava ser tolhido. No entendimento do conquistador, a fronteira era o “limite da penetração e ocupação”, o “término da civilização” e a área de contato entre composições raciais, étnicas, políticas e tecnológicas diversas. Segundo John Hemming, para os indígenas, essa fronteira era “fluida e frágil”, delimitada geograficamente pelos guerreiros, pelo espaço de caça e coleta das aldeias.<sup>28</sup> Devido à imprecisão de limites, para estudarmos as *Minas antes de Minas*, conforme nos são apresentadas por Renato Venâncio, empregamos as configurações e confrontações geográficas atuais em nossas análises históricas.

Contudo, não devemos compreender as áreas estudadas como uma unidade do ponto de vista administrativo, político, econômico e social, pois as fronteiras mineiras foram e eram definidas como um dado móvel, resultado dos embates, das derrotas ou da assimilação dos povos indígenas.<sup>29</sup> O ordenamento espacial para os conquistadores e índios atrelava-se às malhas fluviais dos sertões. Os rios foram importantes elementos de orientação espacial e exploração econômica da fronteira. A transposição das águas, a navegação, a preocupação com as vazantes e enchentes, a localização de aldeias indígenas e coloniais eram elementos importantes na conquista dos rios. Nesse sentido, em nossos estudos atribuímos aos rios o papel de elementos determinantes da disposição espacial da fronteira.

Na apropriação de seus territórios e submissão dos indígenas ao espaço do aldeamento empregou-se um conjunto de práticas militares, o conhecimento do território e os saberes político-administrativos. Para a solução das contendas relatadas pelos fregueses de São Miguel aventou-se a necessidade de estimular o estabelecimento de colonos no arraial do Cuieté, onde também teriam residência o comandante, guarda-mor e seu escrivão Cabia-lhes regular as companhias de ordenanças no combate às possíveis hostilidades dos índios na “bocaína da serra”.



Trecho do documento *Rios Doce e Piracicaba: contribuições voluntárias dos povos da Capitania para a redução e catequese dos índios que infestam e respectivas despesas*. José Dias Rosa Maciel, Vila Rica, 1767. Arquivo Público Mineiro – Casa dos Contos – CC-1156.

A representação dos fregueses de São Miguel não ficaria relegada na Secretaria do Governo, porque os capitães José Gonçalves Vieira e José Lemes da Silva procuraram solucionar o impasse com uma carta ao governador explicitando a imperiosa necessidade de novas diligências

de arrecadação de ouro para entradas nos territórios indígenas (1765). Os comandantes de ordenança nomeariam “pessoas de boa fé e consciência” na cobrança da coima distrital, tendo como princípios norteadores da doação os interesses e desejos dos tributados.<sup>30</sup>

De fato, como propuseram os capitães, o governador solicitou mais tributações nos distritos da Freguesia de São Miguel para novas investidas de conquista do Cuieté. Na sede da freguesia, contribuíram 51 pessoas com a quantia de 124 oitavas de ouro; no Distrito de São José da Alagoa, 41 moradores cederam a soma de 202 oitavas; em Antônio Dias, 53 pessoas colaboraram com 132 oitavas e um quarto.<sup>31</sup>

As contribuições foram empregadas na estruturação de duas entradas, que contavam 150 homens. A primeira expedição, partindo do Arraial do Antônio Dias Abaixo, no porto designado por Canoas em Rio Piracicaba,<sup>32</sup> abrangia em seu corpo 50 arregimentados, sendo expedida pelo capitão Jerônimo Magalhães e comandada pelo capitão Antônio Pereira da Silva. A outra investida singrou a barra dos rios Piracicaba e Doce, comandada pelo capitão José Gonçalves Vieira, sob as ordens do capitão-mor e sargento-mor da Cidade de Mariana, José da Silva Pontes e João da Silva Tavares, respectivamente.

Na compra de gêneros alimentícios para as investidas militares, multou-se em duas oitavas de ouro cada sesmeiro que obtivera carta de doação de sesmaria e não procedera à demarcação e à ocupação das terras. Para elaboração da listagem nominal, os secretários do governo consultaram os livros de registros das casas de câmaras e do Governo da Capitania (Quadro 1). As taxações excederam as 80 oitavas previstas para a compra de farinha, feijão, arroz e toucinho empregadas nas expedições.<sup>33</sup> Nas concessões e confirmações de posses de terra, a Secretaria de Governo empregava os testemunhos dos capitães de ordenança, dos vigários, assim como as informações enumeradas pelos juizes das câmaras sobre a possibilidade de ocupação da propriedade almejada. O requerente do título de sesmaria era obrigado pela legislação vigente a demarcar judicialmente sua terra, afixando marcos em suas extremidades, comunicando os seus vizinhos de seus estabelecimentos. A propriedade não poderia compreender

as áreas próximas a estradas e margens de rios navegáveis, assegurando “o bem e a comodidade pública”. O donatário deveria pagar pelos direitos régios, dízimos, e providenciar os registros de sua possessão.

Destarte, o arrolamento das multas pela ausência de cultivo das sesmarias nos fornece importantes subsídios na problematização dos espaços em que transcorreram os conflitos de conquista dos sertões. As sesmarias provavelmente não foram ocupadas em virtude das constantes resistências indígenas. A documentação cartorial, sobretudo os inventários *post mortem*, possui recorrentes referências a narrativas dos louvados, que eram os indivíduos designados para avaliação dos bens materiais de uma herança, acerca da dificuldade de análise de determinados patrimônios e benfeitorias pelos constantes ataques nativos. Tomando por base as referências nominais elaboradas nas cobranças de tarifas para compra de gêneros, conseguimos localizar algumas cartas de sesmarias que nos permitem aventar hipóteses sobre os espaços do conflito com os nativos. Naturalmente, os contribuintes listados assegurariam grandes benefícios com as investidas de conquista contra os indígenas, podendo, assim, estabelecer-se em suas propriedades.

#### Localização das sesmarias

Nos anos de 1750 a 1769 estimamos que foram conferidos 541 títulos de terras, concessões que perfazem 51,36% das doações para o termo de Mariana na segunda metade do século XVIII. Com relação às referências espaciais na localização das posses, observamos que nos anos de 1750 e 1760 as investidas coloniais foram efetuadas na região das freguesias de Furquim, Barra Longa e Guarapiranga, singrando os rios Chopotó, Bacalhau, Turvo Limpo e Sujo, Espera, Paciência, Brejaúbas, da Casca e Tapera.<sup>34</sup> A principal dificuldade no estudo das cartas de sesmarias reside nas referências muito esparsas a suas localizações espaciais. A documentação faz

alusão a freguesias, barras ou confluências de rios, sertões, acidentes geográficos. As concessões de títulos de terras revelam a alteração sempre constante do território da capitania, em decorrência das conquistas que se efetuavam por investidas dos sertanistas, das câmaras e das ações do governador. Inegavelmente, as porções territoriais localizadas nas barras dos rios Pomba, Piracicaba e Doce figuraram como as principais diretrizes político-administrativas do governo da capitania nos anos 1770. As sesmarias não ocupadas, cedidas na década de 1750, localizavam-se nas imediações das freguesias do Inficionado e São José da Barra Longa e no rio Guarapiranga, especialmente nas proximidades dos distritos da Tapera e Calambau. As investidas colonizatórias dos anos precedentes transcorreram na porção sertaneja da paróquia do Senhor Bom Jesus do Furquim, mais especificamente na “paragem do Ribeirão da Casca”.

As expedições de conquista formaram um cerco aos agrupamentos indígenas espalhados no espaço afixado por duas ramificações da bacia hidrográfica do rio Doce. A primeira subdivisão desse campo de batalha referia-se às barras dos rios Galacho do Norte e do Sul, que percorrem os vales das então freguesias de Furquim e Barra Longa, e a seção formada pela bifurcação das duas margens que ladeiam a parte navegável do rio Guarapiranga e do rio da Casca. As indicações presentes nos documentos das sesmarias não cultivadas confirmam as nossas suposições. As propriedades de terras localizavam-se no “ribeirão do São Francisco Borja, nos Sertões além do Rio Guarapiranga”,<sup>35</sup> “córrego que deságua no ribeirão do Carmo e cabeceiras de outro, que vertia para o Galacho”<sup>36</sup> (Quadro 1). Consideramos a segunda ramificação como a porção localizada nos sertões que sulcam o rio Piracicaba e afluentes, mais exatamente nas freguesias de São Miguel e Santa Bárbara. Esse território era perpassado por uma imbricada trama de conflitos jurisdicionais entre as comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Serro Frio, fator comprovado pela observação da pesquisa onomástica por sesmeiros<sup>37</sup> (Quadro 1).

Os pontos de convergência das desembocaduras dos rios Guarapiranga e Piracicaba no Doce formavam o esquadramento ideal para a disposição das bandeiras e tropas ao redor da região que se almejava conquistar. No registro cartográfico *Planta do Rio Doce: Vila Rica a 13 de maio de 1798*, elaborado por José Joaquim da Rocha, que enfocou o espaço estudado, verificamos a existência de uma observação importante. Rocha assinalou a capela de São João na seção que medeia as duas malhas fluviais, e ressalta: “Neste lugar assassinou o gentio os moradores”.<sup>38</sup> As imediações circunscritas às malhas dos rios constituíam, igualmente, uma das principais zonas de confluência das diferentes populações nativas e focos de sua resistência. A propagação da conquista seria proporcionada pelo emprego das técnicas bélicas e de caça, que consistiam na disposição dos homens armados em uma curva cerrada, estreitando-se com o prosseguimento dos ataques, surpreendendo no epicentro do espaço o foco da investida. Todas as nossas incursões no livro ora analisado e na documentação colonial coeva indicam a necessidade de restabelecimento do Presídio no sertão do Abre Campo e a conquista das rotas navegáveis e caminhos de acesso ao espaço no qual se construiria o curato do Cuieté.

A documentação que nos foi legada não contém muitos dados sobre a atuação dessas expedições e de seus confrontos com a população nativa, porém, podemos imaginar os sangrentos conflitos provocados por um cerco composto por 150 homens, assim como o estabelecimento de diferentes bandeiras em pontos estrategicamente dispostos nos territórios a conquistar. A técnica e a tática de guerra empregadas pelos sertanistas e projetadas pelo governo da capitania configuraram uma armação de redes dispersas em formato circular confinando os indígenas, impedindo sua fuga e facilitando sua captura ou extermínio.

## As expedições e a conquista

A execução de um cerco para combate aos índios em consonância com as conformações espaciais das malhas fluviais revela a prática de ataques repentinos, assaltos intempestivos e emboscadas. Essa tática militar é designada por “guerra brasílica” ou de “guerrilha”, sendo tributária das bandeiras paulistas e da convivência com o manejo bélico dos indígenas. Adriana Romeiro<sup>39</sup> analisa as artes de guerrear no limiar da conquista das Minas do Ouro, vislumbrando que a guerrilha privilegiava o ataque, mas sem contato por meio de um confronto aberto, pois se empregavam os matos para a proteção e a resistência dos combatentes. Nas expedições de conquista utilizou-se também o saber bélico dos índios associado ao poderio das armas de fogo.<sup>40</sup>

Nas bandeiras do mestre de campo Inácio Correia Pamplona nos sertões do Rio Grande, Comarca do Rio das Mortes, composta por 13 cavaleiros e 58 escravos de sua propriedade, empregaram-se os seguintes armamentos: “espingardas, clavinas,<sup>41</sup> facões, patrona,<sup>42</sup> pólvora, chumbo e bala”.<sup>43</sup> Segundo Liana Reis, as armas mais utilizadas no cotidiano das “pessoas de boa qualidade” eram espingardas, pederneiras e pistolas, sendo faca, punhal, adaga, espadim, bordões, estoques e sovetas portadas por “indivíduos de condição social inferior”.<sup>44</sup>

O tesoureiro da Real Fazenda da capitania, Feliciano José Câmara, elaborou listagens bem detalhadas das compras efetuadas para as expedições que nos permitem avaliar a utensilagem bélica no cotidiano dos tempos da conquista. Em uma entrada aos sertões utilizaram-se os seguintes utensílios: 14 tachos de cobre; 72 machadinhas; 72 foices pequenas; cinco jornais do feito de canoas; quatro jornais de pagamento pelas bainhas dos facões dos soldados; 386 varas de aniagem; contabilizando-se também “despesas com vestuário de uma gentia”. Remeteu-se ouro ao capitão Francisco

Alves Pereira para confecção de jalecos e aquisição de algodão; pagou-se também pelo feito de jalecos e camisas, remédios de botica, “um capote de pano azul e mais vestuário para o cabo que gira nas canoas”.<sup>45</sup>

O sargento-mor João da Silva Tavares e o capitão Francisco Alves Pereira receberam ouro para saldar despesas operacionalizadas na expedição de conquista do Cuieté. A investida exigiu a compra de 18 pedras de fogo; uma garrafa de aguardente; 46 “facas de cabo de peso”; um maço de linhas de Oeiras; um barril de aguardente; dez bruacas de sal; 32 arrobas de chumbo; “72 facas de peso”; seis bruacas de sal; 150 pedras de fogo; barbante; quatro meias de sola para patronas; quatro peles de veado grandes para as patronas; jornais de feito de canoas; coletes de baeta; despesas pela condução dos trastes.<sup>46</sup> Os itens empregados pelos sertanistas eram geralmente comprados pela Real Fazenda com o ouro arrecadado nas contribuições, ou os comandantes das expedições apresentavam as notas e recibos de compra e venda de gêneros na Secretaria de Governo para seu ressarcimento ou pagamento aos comerciantes dos produtos adquiridos.

Novos gêneros foram concedidos ao sargento-mor Tavares para os comandantes das investidas no Cuieté, especialmente gêneros relacionados a munições e ao tratamento curativo dos expedicionários: dois barris de pólvora; 16 arrobas de chumbo; quatro bruacas de sal; 12 coletes; 20 varas de aniagem para sacos; pedras de fogo; 75 sacos pequenos; cinco rolos de fumo; papoulas; duas folhas com uma libra de chá; 12 agulhas de fardo; quatro seringas de couro; meio alqueire de congonha; uma arroba de açúcar; antimônio; linha de peso; meadas de barbante; oito cabeças de linha; um vidro para antimônio; tártaro; aguardente do reino; meio frasco de azeite doce; um frasco de vinagre; oito varas de linha; dez varas de aniagem para o Abre Campo; uma mão de papel; uma chocolateira e tacho de cobre pequenos; pedras de fogo para Abre Campo; cinco capados; doação de ouro para miudezas ao capitão João Barros.<sup>47</sup>

As despesas efetuadas na primeira expedição pelo capitão Jerônimo Magalhães Gomes, adjunto do capitão Francisco Alves Pereira, foram computadas pelo tesoureiro da Real Fazenda no livro de registros: 200 varas de aniagem; 50 varas de estopa; dois surrões de sal, oito arrobas de chumbo; um barril e um frasco de aguardente; quatro tachos de cobre; 300 pedras de fogo; 155 alqueires de farinha; 50 alqueires de feijão; 20 arrobas e meia de toucinho; quatro rolos de fumo; barril de pólvora com duas arrobas; três coletes de algodão; oito canoas; nove remos; dois machados; duas foices; 27 bainhas de facões; pregos; uma onça de tártaro; um maço de linhas de oeiras; 42 libras de ferro; 36 facões. Pagou-se pelo feito e conserto de armas de fogo.<sup>48</sup>

As expedições do capitão Antônio Lourenço completaram o primeiro conjunto de investidas que ordenaram a disposição de tropas ao redor do foco de resistência indígena. A diversificação dos gêneros adquiridos no aparelhamento das entradas provocam no leitor do documento certo fascínio, porque revela aspectos do viver no sertão, tais como gêneros empregados na prática médica vigente à época, vestuários e os atos litúrgicos e religiosos diários. O documento especifica: três onças de antimônio em pó; meia onça de tártaro; um frasco de aguardente do reino; um frasco de azeite doce; um frasco de vinagre; uma folha de chá; um tacho de seis libras de cobre; pedras de fogo; oito libras de açúcar; feito de 23 sacos pequenos; agulhas grandes e pequenas; nove bruacas de sal; duas mãos de papel;<sup>33</sup> capados para sustento de soldados; conserto de armas e espingardas; quatro coletes (dois empregados em Guarapiranga); 140 varas de aniagem para reforma das ceroulas; nove côvados de baeta; duas arrobas de algodão; 276 alqueires de farinha; 71 alqueires de feijão; 14 alqueires de arroz; oito arrobas de chumbo; 24 libras de açúcar; um barril de pólvora; mandioca; um rolo de fumo; três libras de pólvora; 12 libras de chumbo; um sabão do reino; uma folhinha de reza; ouro para os soldados que marcharam de Vila Rica; meia

libra de linha; um barril de aguardente; duas mãos de papel; farinha para hóstias; uma folha de flandres para fazer hóstias; um frasco de vinho com casco. Essas despesas com as primeiras investidas perfizeram a considerável soma de aproximadamente 872 oitavas de ouro.<sup>49</sup>

No limiar do inverno de 1767, registraram-se no livro alguns gêneros empregados pelo capitão Francisco Alves nas expedições de Antônio Dias, no sentido das águas do Rio Piracicaba até sua vertente no Doce: 160 alqueires de farinha; 42 alqueires de feijão; dois rolos de fumo; 22 arrobas de toucinho; seis toldos de encerado com 36 varas; uma canoa usada e sete novas; conserto de armas e machados; oito pratos de sal; 27 libras de chumbo; 50 pedras de fogo; 58 varas de aniagem.<sup>50</sup> Os ataques e confrontos com os indígenas continuaram constantes, e, não obstante o período de grande pluviosidade no ocaso do ano com cheias dos rios, processou-se uma nova entrada nos sertões com “munições adquiridas voluntariamente”. Os expedicionários também empregaram duas libras de pólvora; 15 libras de chumbo; três pratos de sal; seis varas de encerado para sacos; 46 alqueires de farinha; dez ditos de feijão; três arrobas de toucinho; um surrão de sal.<sup>51</sup>

As expedições mobilizaram as forças de milícias e os poderes locais da capitania, verificamos alguns gastos realizados em Vila Rica com os soldados que vieram da Vila de Pitangui. O capitão Antônio Cardoso de Souza marchou com seus soldados do Rio Pardo, distrito de Minas Novas, até Vila Rica com o objetivo de socorrer “as bandeiras na conquista do gentio Botocudo no Cuieté”. Nesse traslado cumpriram-se inúmeras despesas, cerca de 101 oitavas de ouro, com o sustento e tratamento curativo dos soldados em Vila Rica. A expedição de Souza também comprou uma égua no Rio Pardo e mais três cavalos na Purificação.<sup>52</sup> Ainda, as duas contribuições distritais na freguesia de São Miguel representaram quantias consideráveis em ouro, aproximadamente 207 oitavas no arraial da

paróquia; em São José da Alagoa cerca de 404 e em Antônio Dias mais 264. O somatório das duas taxações efetuadas pelos arrolamentos dos distritos, acrescido de um repasse da Real Fazenda, completou a soma de 956 oitavas de ouro.<sup>53</sup>

### Caminhos para novas leituras

As “bandeiras” organizadas por Luiz Diogo Lobo da Silva para o Cuieté com o intuito de “evadirem os índios e os domesticarem” custaram avultadas despesas aos cofres da Real Fazenda, conforme narrou o conde Valadares ao conde de Oeiras e a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O então governador relatou a “pacificação” de seis aldeias e o temor de colocar a perder essas diligências em virtude da carestia de doações de mantimentos, pólvora e chumbo para as expedições. Com o intento de diminuir os gastos supérfluos da Real Fazenda e sanar as reclamações dos diretores dos índios, que não se contentavam com as quantias pagas pelos seus serviços, estabeleceu o envio de duas bandeiras compostas por 25 homens, comandadas por Antônio Pereira e Antônio Cardoso de Souza. Considerados “práticos dos sertões e matos habitados pelos ditos gentios” os comandantes das expedições, que atuaram nos combates efetuados no governo de Lobo Silva, relatados no livro que analisamos, receberiam soldo de 20 mil réis por mês e os seus soldados, cerca de cem réis. As somas consideráveis despendidas pelo governador estavam condicionadas a apresentação dos relatórios finais de “aumento das conquistas”.<sup>54</sup> O “livro de contribuições voluntárias” representava o limiar de uma história marcada por conflitos e embates sangrentos pelos sertões das Gerais, que também se desenrolariam e intensificariam nos Oitocentos.

A cobiça por ouro em soldos e novos descobertos, terras para atividades agropastoris, o emprego da força de trabalho indígena eram alguns dos interesses aguçados

pelas possibilidades da conquista. O “livro de contribuições voluntárias” representa um verdadeiro manancial para o aprofundamento das questões pertencentes ao campo da etno-história, dele podendo se extrair elementos acerca das populações nativas que povoaram a Capitania das Minas. Por detrás do recolhimento de subsídios para a organização das expedições militares, podemos mapear os campos de atuação e resistência dos indígenas às investidas conquistadoras.

As inúmeras relações nominais dos contribuintes constantes do livro possibilitam a análise dos processos de conquista da região com a utilização de pequenas trajetórias, por intermédio dos métodos da prosopografia. O emprego dessa abordagem nos induz a operações metodológicas de cruzamento de variadas fontes.<sup>55</sup> Os dados levantados sobre cada contribuinte nos permitirão traçar o perfil socioeconômico desses indivíduos, os investimentos e interesses concedidos aos negócios da conquista, as suas posses de terras, sua estrutura domiciliar e familiar, condição e qualificações sociais, envolvimento com agenciamento e administração de índios e possíveis remunerações de serviços (mercês e honras) aferidas com as expedições de conquistas. Sem sombra de dúvida, a conjugação do método quantitativo e qualitativo nos proporcionará o conhecimento das vivências e experiências desses sujeitos históricos.

### À guisa de conclusão

Ao recompor aspectos da trama de vida dos inúmeros contribuintes, por meio da inter-relação de documentos variados, o pesquisador poderá caracterizar as maneiras de convívio, redes de poder, perfis socioeconômicos da fronteira e a estruturação de seus modos de governo. Todavia, nesse processo operatório também poderemos obter informações relevantes acerca das concepções e configurações dos espaços e territorialidades para índios e conquistadores.

O pesquisador estará diante do enquadramento e da incorporação de um espaço à jurisdição político-administrativa da capitania, podendo avaliar a formação, a justaposição e a interligação de redes pessoais e institucionais de poder nas áreas sertanejas. Com isso podem ser dimensionados a conquista e o papel dos descobridores no universo da capitania e das comunidades que então se estruturavam.

Ao procurarmos apresentar, neste texto, as possibilidades de pesquisa propiciadas por um livro inserido em uma antiga estante do APM, compreendemos a real dimensão dos encantamentos revelados por Drummond e sinalizamos que nas páginas consultadas bradam e pulsam grandes temas para novas histórias.

### Notas |

1. Cf. BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, ofício de Historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição Brasileira: Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 69.

2. Título atribuído: “Rios Doce e Piracicaba: Contribuições voluntárias dos povos da Capitania (MG) para a redução e catequese dos índios que a infestam e respectivas despesas”. Notação – Microfilme: ACC- ANEXO – 08. Data: 1761-1768 (doravante APM – CC-1156). Para a consulta dos códices da Coleção Casa dos Contos, conferir: BOSCHI, Caio César; MORENO, Carmem; FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *Inventário da Coleção Casa dos Contos* – livros, 1700-1891. Belo Horizonte: PUC Minas; Fapemig, 2006. v. 1. Ver também o inventário analítico elaborado por Caio César Boschi nos procedimentos do tratamento técnico dos documentos não encadernados do Fundo Casa dos Contos, disponível na base de dados digital do APM: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>.

3. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igreja no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1945. p. 39-41, 84-90.

4. Representação dos moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, dando conta a D. João V do estado de consternação em que se achavam, devido aos violentos ataques dos índios, que destruíam fazendas e matavam os habitantes. Em anexo: 1 carta do bispo. 1 despacho. AHU – Cx. 55, doc. 25. (1750). As missivas contidas no borrador de Dom Frei Manoel da Cruz foram publicadas na obra: LEONI, Aldo Luiz (Org.). *Copiador de cartas particulares do senhor Dom Frei Manuel da Cruz, bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)*. 1. ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008. v. 108. 607 p.

5. Cf. APM – SC 04, p. 26-26v, 04/11/1714. APM – SC 126: 227 [169]. Os colonizadores argumentavam que contra os “bárbaros emboscados só poderiam competir e ter partido outros bárbaros que vivem nos matos”. APM – SC 126: 197 [144], 155 [143].

6. APM – SC 126: 204 [150].

7. APM – CC 1156, p. 4.

8. Conferir a primorosa análise da aplicação da política indigenista por Luís Diogo Lobo da Silva na Capitania de Pernambuco em: SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande*: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. 1. ed. Campinas: Pontes, 2006. v. 1. 208 p.

9. “As leis dadas em 6 e 7 de junho do ano de 1755 para que a liberdade, que antes havia concedida somente para os índios do Maranhão, fosse restituída a todos os que habitavam o continente do Brasil, como lhes era devida ao Direito Natural e Divino”. APM – CC 1156, p. 2-3v.

10. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasileiros*: índios coloniais em Minas Gerais Setecentista. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

11. Ver também: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos Cataquases: entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado. *Varia história*, v. 21, n. 33, p.185-202, 2005.

12. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (doravante RAPM), ano XVI – fascículo I, p. 451-452, 1911.

13. Conferir os procedimentos de instalação da paróquia de Rio Pomba e o cotidiano de indígenas e conquistadores no aldeamento em: PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista nos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010. 208p.

14. LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands*. Colonial Identity, frontier violence, and the persistence of Brazil’s Eastern Indians (1750-1830). California: Stanford University Press, 2006. p. 55-75. (Consultar especialmente o restante do capítulo II.)

15. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1712. A obra de Bluteau pode ser consultada na base digital de dados do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), na seção acervos digitais. Consultar *website*: <http://www.ieb.usp.br/>.

16. Waldemar de Almeida Barbosa argumenta que o termo Cuieté refere-se a uma pedra alta vizinha à povoação que tem forma de uma cuia. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p.107.

17. APM – CC 1156, p. 7.

18. APM – CC 1156, p. 7.

19. APM – CC 1156, p. 7-7v.

20. APM – CC 1156, p. 7v-8.

21. APM – CC 1156, p. 8-8v.

22. APM – CC 1156, p. 6v.

23. APM – CC 1156, p. 4-4v.

24. APM – CC 1156, p. 5-5v.

25. APM – CC 1156, p. 9.

26. VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, 1997.

27. Sobre considerações de Langfur, cf. LANGFUR. *The Forbidden Lands*, p. 85-88. Sobre discurso dos conquistadores, cf. APM - CC 1156, p. 9v.

28. HEMMING, John. Os índios e a fronteira no Brasil Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Colonial*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1999. v. 2, p. 423.

29. VENÂNCIO, Renato Pinto. Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 1, p. 87-102.

30. APM – CC 1156, p. 10v-11.

31. APM – CC 1156, p. 11-13v.

32. Segundo José Joaquim da Rocha, o Porto de Canoas, próximo ao Distrito de Antônio Dias, no Rio Piracicaba, era utilizado para navegação até o Presídio do Cuieté. Ver documento cartográfico: ROCHA, José Joaquim da. *Planta do Rio Doce*: Vila Rica a 13 de maio de 1798. Data: 1798. APM – SI 007 (05).

33. APM – CC 1156, p. 5v-6.

34. PAIVA. *Os indígenas e os processos de conquista nos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*, p. 147.

35. APM – SC 156, p. 190.

36. APM – SC 129, p. 6v.

37. Propriedades ainda não ocupadas eram localizadas nas “cabeceiras do córrego da Boa Vista”, nas “Roças Novas, freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará” e “Sítio do Caeté, Comarca do Serro Frio”. APM – SC 140, p. 141v; SC 172, p. 147; SC 94, p. 105.

38. APM – SI 007 (05).

39. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginários políticos no século XVIII*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 180-224. (Capítulo IV)

40. O estudo de Izabela de Oliveira Sales avalia a posse de armas na Vila do Carmo (Mariana), tendo como principal fonte os inventários avaliando o status social de seus portadores e as estratégias diretivas empregadas para sua (re)distribuição e controle. A autora avalia os empregos de diferentes armamentos nos procedimentos de conquista do recorte espacial estudado, tomando como norteamento as investidas de conquista dos sertões e os diálogos/incorporações de técnicas bélicas indígenas. Correlacionando a posse de armas com a ocupação de postos militares por parte dos inventariados, Izabela O. Sales verificou que, dos 145 indivíduos estudados, 21 portavam patentes e detinham 154 armas; o que correspondia a uma média de 7,3 armas por caso analisado. Dentre os bens deixados pelos espólios, a pesquisadora localizou 29 espadas, 54 espingardas e 24 pistolas, ou seja, 1,4, 2,5 e 1,1 da média por oficial, respectivamente. SALES, Izabella F. Oliveira de. *Difusão, status social e controle de armas na Mariana Setecentista (1707-1736)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. p. 73-79.

41. A clavina era também designada por “clavina, cravina ou carabina”, sendo arma de fogo mais grossa e curta que uma espingarda. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

42. A patrona era uma bolsa empregada pelos granadeiros e os infantes para armazenagem dos cartuchos. BLUTEAU. *Vocabulário português e latino*.

43. “Notícia diária e individual das marchas[,] e acontecimentos m(i)s condigno(s) da jornada que fez o senhor Mestre de Campo, Regente [,] e Guarda (-)mor Inácio Corre(i) Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher[,] e mesma sua dita fazenda do Capote etc. etc. etc”. Transcrição de Maria Figueiras Gonçalves. Introdução de Ana Lúcia Louzada Werneck. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume 108, Rio de Janeiro, 1998.

44. REIS, Liana Maria. Minas Armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. *Variá História*, n. 31, p. 197, 2004.

45. APM – CC 1156, p. 15-15v.

46. APM – CC 1156, p. 15v-16.

47. APM – CC 1156, p. 16v-17.

48. APM – CC 1156, p. 20.

49. APM – CC 1156, p. 17-17v.

50. APM – CC 1156, p. 19v.

51. APM – CC 1156, p. 19v-20.

52. APM – CC 1156, p. 21-22.

53. APM – CC 1156, p. 20v-21. O peso do ouro era medido em onças, mas a unidade largamente empregada nos documentos coloniais foi a oitava, que representava um oitavo da referida medida, correspondendo atualmente a cerca 3,585g. As doações na freguesia de São Miguel perfizeram 956 oitavas de ouro, portanto, coletou-se em contribuições a soma de aproximadamente 3427,26g de ouro.

54. APM – SC 157, p. 79-79v.

55. GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

**Adriano Toledo Paiva** é mestre e doutorando em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua pesquisa tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e do Instituto Cultural Amilcar Martins (Icam-Usiminas). Autor de *Os indígenas e os processos de conquista nos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*, obra publicada pela editora Argvmentvm em 2010.

Quadro 1 | **Sesmaria não cultivadas**

Sesmaria não cultivadas	Taxação (oitavas)	Localização	Data de concessão
Alberto Pereira	2	Sítio do Caeté – Comarca do Serro Frio.	02/12/1751
Alexandre Magalhães da Cruz	2	–	–
Alferes Antônio Mendes da Fonseca	4	Paragem do Ribeirão da Casca. Freguesia do Senhor Bom Jesus do Furquim. Termo de Mariana.	06/06/1760
André Leme do Prado	2	–	–
Anselmo Fernandes Brandão	2	Paragem do Rio do Peixe	13/09/1759
Antônio Gracia	2	–	–
Antônio Pereira Bezerra	2	Paragem do Córrego dos Funis	15/01/1769
Antônio Tavares do Rêgo	2	Paragem do Ribeirão da Casca. Freguesia de Nosso Senhor do Furquim. Termo de Mariana.	06/06/1760
Baltazar de Lima Guimarães	2	–	–
Barros Brandão	2	–	–
Bias Coelho	2	–	–
Constantino da Silva	2	Vertentes do Rio São Francisco e Freguesia de São Miguel. Freguesia e termo de São Bento do Tamanduá.	16/01/1809
Domingos Alves dos Santos	2	–	–
Dona Paula Felícia da Rosa	2	Paragem do Ribeirão do Itaguaçu. Freguesia de Guarapiranga.	18/04/1760
Francisco Gonçalves Pereira	2	Roças Novas. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sabará	03/11/1772
Francisco Machado Magalhães	2	–	–
Francisco Manoel Barbosa	2	Córrego de São João, além do Rio Guarapiranga	02/01/1760
Francisco Moreira Serra	2	–	–
Francisco Pereira	2	Paragem do Rio das Pedras. Comarca do Rio das Mortes.	17/08/1758
Francisco Pereira		Paragem do Rio das Pedras. Comarca do Rio das Mortes.	29/04/1760
Francisco Pereira		Terras além do Rio Piranga, cabeceiras do Córrego da Boa Vista.	17/09/1765
Francisco Pereira		Ribeirão Mombaça. Termo de Mariana.	14/02/1826
Francisco Soares de Araújo	2	Sítio no Rio do Peixe. Freguesia de São José da Barra.	18/05/1753
Francisco Soares de Araújo		Paragem do Galacho do Norte. Freguesia de São José da Barra	11/06/1760

Quadro 1 | Sesmarias não cultivadas

Sesmarias não cultivadas	Taxação (oitavas)	Localização	Data de concessão
Francisco Xavier de Bitancur	2	–	–
Ignácio José	2	–	–
Jacinto de Souza Novais	2	–	–
Jacinto dos Santos Neves	2	–	–
João Antônio Lopes e seus sócios	2	–	–
João Gonçalves Monção	2	–	–
José Cardoso de Camargo	2	–	–
José da Cunha Machado	2	Roça junto ao Córrego do Quilombo, que deságua no Rio das Cobras.	03/10/1758
José de Matos Ribeiro	2	–	–
José de Oliveira Pinto	2	Junto ao Ribeirão Itaguaçu. Capela de Nossa Senhora da Piedade. Comarca do Rio das Mortes.	18/04/1760
José de Oliveira Pinto		Sítio do Pega Bem e Paraíso.	07/05/1766
José do Vale Vieira	2	Duas roças na paragem do Gambá e no Córrego das Lages. Termo de Mariana.	23/10/1755
		Sertão do Abre Campo.	24/03/1772
José Rodrigues Anginho	2	–	–
José Rodrigues Cascalhau	2	Córrego na paragem do Ribeirão dos Oratórios, além do Rio Guarapiranga. Termo de Mariana.	02/01/1760
Manoel José da Silva	2	Confluências dos Rios Paraibuna, Paraíba e Piabanha. Termo de Barbacena.	14/03/1818
Manoel Mendes da Fonseca	2	Paragem do Ribeirão do Rio da Casca. Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Furquim. Termo de Mariana.	06/06/1760
Miguel de Torres Chaves	2	Junto ao Ribeirão da Prata.	03/10/1758
Miguel de Torres Chaves		Córrego que desaguava no Ribeirão do Carmo e cabeceiras de outro que vertia para o Galaxo	03/07/1760
Sargento-mor Pantaleão da Costa Dantas	2	Ribeirão da Santa Cruz Parada Partilha, junto ao Rio Guarapiranga.	05/07/1756
Valentim dos Santos Neves	2	Ribeirão do São Francisco Borja, nos sertões além do Rio Guarapiranga.	01/08/1769
Valentim dos Santos Neves		Além do Guarapiranga. Termo de Mariana.	22/11/1756

Fontes consultadas: APM – CC 1156; SC 94, p.105; SC 127, p. 191; SC 156, p. 199v; SC 127, p. 189v; SC 305, p. 34v; SC 127, p. 156; SC 172, p. 147; SC 127, p. 42; SC 119, p. 172v; SC 96, p. 129v; SC 140, p. 141v; SC 36, p. 119; SC 106, p. 43v; SC 127, p. 200; SC 122, p. 89; SC 112, p. 55; SC 172, p. 127; SC 127, p. 158v; SC 140, p. 187v; SC 127, p. 35v; SC 384, p. 58; SC 127, p. 194; SC 122, p. 69v; SC 129, p. 06v; SC 112, p. 135; SC 156, p. 190; SC 122, p. 149v.



#### Folha de rosto

Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, 1802 – Weilheim, 1858). *Índios ficando uma onça*, 1830-31. Óleo s. tela, 62,5 x 49,5 cm. Acervo Palácios e Jardins Estatais, Potsdam-Sanssouci, Alemanha. In: DIENER, Pablo. COSTA, Maria de Fátima. *A América de Rugendas: obras e documentos*. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

#### Expediente

Índios Krenak. [Rio Doce]. Fotografia s/ data, autor desconhecido. Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Senna. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. NCS 7 (8) 1362.

#### Sumário

Detalhe da capa do documento *Índios do Brasil – lista das tribos existentes e extintas*, elaborado por Nelson Coelho de Senna, Belo Horizonte, julho de 1904. Arquivo da Cidade de Belo Horizonte – NCS. 3.2. (1).

#### Entrevista Francisco Inglêsias

Fotografia de Paulo Fonseca - O Tempo.

#### Páginas 24, 25, 110 e 111

Detalhe da lista contida no documento *Índios do Brasil – lista das tribos existentes e extintas* elaborada por Nelson Coelho de Senna, Belo Horizonte, julho de 1904. Arquivo da Cidade de Belo Horizonte – NCS. 3.2. (1).

#### Páginas 30 e 31

Detalhe da gravura *Tammaraka* incluída na *Voyage au Brésil*, de Theodore de Bry, 1592. Bibliothèque du Service Historique de la Marine, Château de Vincennes, França. In: *Revista Oceanos*, número 24 – *O Teatro da Natureza – Maximiliano no Brasil*. Outubro/dezembro, 1995. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Arquivo Público Mineiro.

#### Páginas 48 e 49

“Luta de Botocudos no Rio Grande de Belmonte”. *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817 von Maximilian Prinz zu Wied-Neuwied. Atlas*, est. 11. Reprodução fotográfica Laura Castro Caldas e Paulo Cintra. In: *Revista Oceanos*, número 24 – *O Teatro da Natureza – Maximiliano no Brasil*. Outubro/dezembro, 1995. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Arquivo Público Mineiro.

#### Páginas 64 e 65

Detalhe de *Danse des Puyrs* (sic). Johann Moritz Rugendas (Augsburgo, Alemanha, 1802 – Weilheim, Alemanha, 1858), gravura de Engelmann, Paris. In: RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998. 3. série; v. 8. (Coleção Reconquista do Brasil).

#### Páginas 78 e 79

Maximilian Wied-Neuwied (Neuwied, Alemanha 1782 – 1867). *Banho dos Botocudos no Rio Grande de Belmonte*, outubro de 1816. Aquarela e bico de pena, 24,5 x 40,2 cm. Coleção Roberto Bosch, Stuttgart, Alemanha. In: *Revista Oceanos*, número 24 – *O Teatro da Natureza – Maximiliano no Brasil*. Outubro/dezembro, 1995. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Arquivo Público Mineiro.

#### Páginas 82 e 83

*Botocudos do norte do Rio Doce, índios Crenaks* (sic), 1912. Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Senna. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. NCS 7 (8) 1363.

#### Páginas 98 e 99

Capa do inventário dos bens do aldeamento central do rio Doce. Ouro Preto, Diretoria Geral dos Índios, 1º de janeiro de 1875. Arquivo Público Mineiro – Secretaria de Governo – SG 16.

#### Páginas 102 e 103

*Os Índios Pajichás na porta da Igreja de Itambacury, quando foram entregues à protecção Federal*. [Rio Doce, 1910]. Fotografia frente e verso com anotações. Arquivo Pessoal Nelson Coelho de Senna. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. NCS 7 (8) 1359.

#### Páginas 112 e 113

Detalhe do *Mappa demonstrativo do numero de engenhos em agoardente, Lojas de Fazenda seca, Armazéns e Tabernas, existentes na Província de Minas Geraes, e dos Impostos estabelecidos nos §§ 5º e 6º do Artigo 2º da Lei Provincial nº 49*. Arquivo Público Mineiro – Seção Provincial – Presidência da Província. SPPP 1/6, cx 9, doc. 50.

#### Páginas 132 e 133

Detalhe do mapa *Nova Totius Americae Descriptio* de Frederick de Wit, Amsterdã, 1660. Biblioteca Digital de Cartografia Histórica/ USP. <http://www.mapashistoricos.usp.br>

#### Páginas 140 e 141

Decreto manuscrito da criação do Arquivo Público Mineiro, Congresso do Estado de Minas Gerais pela Câmara dos Deputados. Ouro Preto (MG). 18/07/1894. Fundo Arquivo Público Mineiro, Série 1: José Pedro Xavier da Veiga. Subsérie 2 - Criação do APM.

#### Páginas 160 e 161

Capa do documento *Rios Doce e Piracicaba: contribuições voluntárias dos povos da Capitania para a redução e catequese dos índios que infestam e respectivas despesas*. José Dias Rosa Maciel, Vila Rica, 1767. Arquivo Público Mineiro – Casa dos Contos – CC-1156.

#### Página 179

Chocalho maxacali (detalhe). Coleção Imaculada Kangussu, Belo Horizonte.

#### Agradecimentos

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte  
Imaculada Kangussu  
Museu Mineiro  
Sônia Maria Duarte dos Santos  
Universidade de São Paulo

A **RAPM** agradece a todas as instituições que autorizaram, gentilmente, a reprodução das fotografias deste número. Envidaram-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos de *copyright* de todas as fotografias. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, em forma de errata, nos volumes futuros desta revista.

O conteúdo dos artigos e ensaios publicados no **RAPM** é de inteira responsabilidade dos autores.

**Retificação** - As reproduções fotográficas do mapa do padre Jacobo Cocleo, publicadas nas páginas 79 e 80 da edição Ano XLVI, nº 2, julho – dezembro de 2010 da **RAPM**, são de autoria do historiador Márcio Roberto Alves dos Santos.



Chocalho maxacali.  
Coleção Imaculada Kangussu, Belo Horizonte.